



CONCURSO PÚBLICO
CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBAS /GO
EDITAL Nº 01/2026, DE 25 DE JUNHO DE 2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBAS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, na legislação municipal pertinente que dispõe sobre os cargos públicos objeto do certame, bem como no ato administrativo que autorizou a realização do Concurso Público, torna pública a abertura do Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos e à formação de cadastro de reserva, sob regime estatutário, observadas as normas estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. A coordenação administrativa e operacional do certame será realizada pela Comissão Especial do Concurso Público, podendo contar com assessoramento técnico especializado do Administrador ANALÍCIO JÚNIOR NUNES DE BRITO, CRA/GO n.º 19.739, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes, com execução sob a responsabilidade da Comissão Especial de Concurso Público especialmente designada.
- 1.2. Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, bem como à Comissão Auxiliar Organizadora e à Banca Examinadora, a condução e execução do certame regido por este Edital.
- 1.3. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas existentes e à formação de cadastro de reserva.
- 1.4. O prazo de validade do presente Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.
- 1.5. Os candidatos aprovados serão nomeados para cargos efetivos, sob regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.
- 1.6. O Concurso Público compreenderá a aplicação da seguinte fase:

FASE	CARÁTER
Prova Objetiva (para todos os cargos)	Eliminatória e Classificatória

- 1.7. As fases presenciais deste Concurso Público serão realizadas preferencialmente no município de Trombas/GO, podendo ser utilizados municípios circunvizinhos, caso haja necessidade de alocação do quantitativo de candidatos inscritos ou convocados.
- 1.8. Fazem parte deste edital os anexos a seguir:
 - a) Anexo I - Do quadro de vagas, vencimentos, carga horária, pré-requisitos e atribuições do cargo;
 - b) Anexo II - Dos conteúdos programáticos;
 - c) Anexo III - Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;
 - d) Anexo IV - Do formulário para requerimento de isenção de taxa de inscrição;
 - e) Anexo V - Do cronograma previsto.
- 1.9. Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de



atendimento da Comissão Organizadora, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, pelo telefone nº (62) 994591706 (WhatsApp), de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.

- 1.10. Os horários mencionados neste Edital, anexos, aditivos, retificações e demais publicações deste Concurso Público obedecerão ao horário oficial de Brasília.
- 1.11. Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alteradas pela Comissão Organizadora, em consonância com a Administração Pública da Câmara Municipal de Trombas, visando o melhor aproveitamento do concurso.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO:

- 2.1. Para investidura no cargo escolhido o candidato deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:
 - a) ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;
 - b) ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;
 - c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
 - d) estar em pleno gozo dos direitos políticos;
 - e) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
 - f) apresentar, quando da convocação, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo, bem como outros documentos que se fizerem necessários à época da admissão;
 - g) estar apto física e mentalmente para o exercício do cargo;
 - h) cumprir com as determinações deste Edital.
- 2.2. Não haverá qualquer restrição ao candidato que, no ato de sua inscrição no certame, não possuir os requisitos estabelecidos no subitem 2.1. No entanto, o cargo somente será provido pelo candidato aprovado que, até à data-limite, comprovar todas as exigências descritas no Edital mediante a apresentação de documento original.
- 2.3. A investidura no cargo ocorrerá mediante nomeação pela autoridade competente e posse, observados os requisitos legais, passando o servidor a integrar o quadro permanente da Administração Pública (Câmara Municipal de Trombas).

3. DA INSCRIÇÃO:

- 3.1. As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 10 de agosto de 2026 até às 23h59min do dia 21 de agosto de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.
- 3.2. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.



3.3. A taxa de inscrição será conforme o disposto no quadro abaixo:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
FUNDAMENTAL	R\$ 90,00 (noventa reais)
MÉDIO	R\$ 120,00 (cento e vinte reais)
SUPERIOR	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

3.4. No caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato, será considerada a última inscrição realizada, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato ou ainda para inscrição realizada para outro cargo.

3.5. Para realizar a inscrição, o candidato deverá observar o que segue:

- acessar a página do próprio concurso no endereço eletrônico: www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br;
- preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;
- imprimir o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do comprovante de pagamento de referida taxa.

3.6. No ato da inscrição, poderá ser solicitado via eletrônica o upload do documento de identificação, sendo este uma condicionante para efetivação da inscrição do candidato.

3.7. É imprescindível o número do CPF do candidato para realização de sua inscrição. O candidato que utilizar o número do CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do concurso público a qualquer tempo.

3.8. Após o último dia de inscrição previsto no Anexo V deste edital, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição.

3.9. O requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição não seja efetuado até o último dia previsto no Anexo V deste edital.

3.10. Quando do processamento das inscrições, se for verificada a existência de mais de uma inscrição realizada e efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pela ordem do requerimento realizado através do sistema de inscrições on-line.

3.11. As demais inscrições do candidato na situação prevista no subitem 3.10 deste edital, serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade, uma vez que a realização de uma segunda inscrição implica a renúncia à inscrição anterior e à restituição da taxa paga.

3.12. A Câmara Municipal de Trombas e a Comissão Organizadora não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sobre os quais não tiver dado causa.



- 3.13. A Câmara Municipal de Trombas e a Comissão Organizadora poderão, a qualquer tempo, anular a inscrição, as provas e a posse do candidato desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 3.14. As inscrições realizadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou do deferimento da solicitação de isenção.
- 3.15. O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, por meio da página de acompanhamento do concurso, após a confirmação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.
- 3.16. O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização das provas.
- 3.17. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a desistência do candidato.
- 3.18. Após a homologação definitiva da inscrição não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição.
- 3.19. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, bem como a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros e/ou outra inscrição, assim como a transferência da inscrição para outrem.
- 3.20. Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
- 3.21. O candidato declara ciência quanto à divulgação dos atos do concurso, inclusive notas, classificação e demais informações necessárias, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa.
- 3.22. Os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
- 3.23. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na internet, através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

4. DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

- 4.1. Dos meios de pagamento da taxa de inscrição: O pagamento da taxa de inscrição poderá ser realizado nos moldes previstos neste edital, através de boleto emitido no ato da inscrição, constituindo este o meio padrão de quitação da taxa correspondente.



- 4.2. Com o objetivo de facilitar o acesso do candidato ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas de pagamento que permitam a liquidação do boleto bancário mediante utilização de cartão de crédito, inclusive com possibilidade de parcelamento.
- A utilização de cartão de crédito para liquidação do boleto bancário constitui mera alternativa facultativa ao candidato, não sendo obrigatória, permanecendo disponível a opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
 - O boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição poderá ser reimpresso, no máximo, até o primeiro dia útil posterior ao de encerramento das inscrições, quando este recurso será retirado do endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, para pagamento ainda nesta mesma data.
 - O boleto bancário gerado para pagamento da taxa de inscrição pode ser pago em qualquer banco, internet bank, casas lotéricas e nos Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.
- 4.3. Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
- 4.4. O pagamento da taxa de inscrição poderá ser realizado por boleto bancário, via PIX ou por meio de cartão de crédito, este, inclusive, com parcelamento do valor.
- 4.5. Quando da emissão do boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados, bem como os dados pertinentes no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados ocasionados pelo próprio candidato ou por terceiro no pagamento do referido documento gerado para pagamento da taxa de inscrição, não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
- 4.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias, lotéricas e/ou dos Correios na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o envio da documentação prevista neste Edital (quando for o caso) ou a quitação do documento gerado para pagamento da taxa de inscrição para o primeiro dia útil que antecede o feriado ou o evento, podendo ainda realizá-lo por outro meio alternativo válido (pagamento do título em caixa eletrônico, Internet Banking, etc.), devendo ser respeitado o prazo limite determinado neste Edital.
- 4.7. É vedada a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição, sendo exclusiva responsabilidade do candidato caso o faça.
- 4.8. Da responsabilidade pelas condições do meio de pagamento:
- Na hipótese de o candidato optar pela liquidação da taxa de inscrição por meio de cartão de crédito ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento, este declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos financeiros, juros ou eventuais tarifas aplicáveis, as quais são definidas exclusivamente pela instituição financeira ou operadora de pagamento responsável pela transação.
 - A banca organizadora não se responsabiliza pela relação financeira estabelecida entre o candidato e a instituição financeira ou operadora de pagamento, limitando-se à disponibilização do boleto bancário correspondente à taxa de inscrição.



c) Dessa forma, quaisquer encargos financeiros decorrentes de parcelamento, financiamento ou utilização de cartão de crédito são de inteira responsabilidade do candidato, não cabendo à banca organizadora qualquer ingerência ou responsabilidade sobre tais condições.

4.9. Da quitação da inscrição: A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral do boleto bancário referente à taxa de inscrição, independentemente do meio utilizado pelo candidato para promover essa liquidação.

a) O candidato poderá efetuar o pagamento do boleto bancário em qualquer instituição bancária ou meio eletrônico de pagamento apto a realizar a liquidação do referido título, não estando restrito à instituição financeira eventualmente conveniada.

b) Uma vez confirmada a quitação do boleto bancário, considerar-se-á concluído o procedimento financeiro referente à inscrição do candidato.

4.10. Da irretratabilidade da inscrição:

a) Nos termos das regras editalícias aplicáveis ao certame, a taxa de inscrição possui natureza administrativa e não será devolvida em nenhuma hipótese, ressalvadas apenas as situações expressamente previstas em lei ou no próprio edital.

b) A confirmação do pagamento da taxa de inscrição implica aceite pleno e irretroatável de todas as condições do edital, inclusive das disposições relativas aos meios de pagamento utilizados.

4.11. Da vedação de cancelamento ou contestação do pagamento: O candidato que optar pela utilização de cartão de crédito, parcelamento ou qualquer outro meio de financiamento para liquidação do boleto bancário reconhece que tal operação constitui ato voluntário, realizado com pleno conhecimento das condições financeiras aplicáveis.

a) Em razão disso, não será admitida qualquer alegação posterior de desconhecimento das condições de pagamento, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.

b) Caso o candidato promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à operadora de cartão de crédito ou instituição financeira, após a confirmação da inscrição, a banca organizadora, após a devida verificação, poderá proceder ao cancelamento da inscrição, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis.

c) A adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa de inscrição poderá caracterizar conduta incompatível com a boa-fé, podendo ensejar cobrança judicial do valor devido e demais consequências previstas na legislação aplicável, inclusive na esfera penal, quando cabível.

4.12. Da ciência e concordância do candidato: Ao efetuar sua inscrição no certame, o candidato declara ter plena ciência e concordância com todas as disposições deste edital, especialmente quanto:

a) à possibilidade de pagamento da taxa de inscrição mediante liquidação do boleto bancário por meio de cartão de crédito ou parcelamento;

b) às condições financeiras eventualmente aplicadas pela instituição responsável pela transação;

c) à inexistência de responsabilidade da banca organizadora quanto às condições de financiamento escolhidas pelo candidato;

d) à irretratabilidade da inscrição após a confirmação do pagamento.



- 4.13. O boleto bancário gerado para pagamento da taxa de inscrição estará disponível no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line, para impressão e efetivação do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.14. Após o horário de encerramento das inscrições citado no subitem 3.1, a ficha de inscrição não estará mais disponível para acesso no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Trombas.
- 4.15. No ato da inscrição, poderá ser solicitado o upload do documento de identificação, sendo este uma condicionante para efetivação da inscrição do candidato.
- 4.16. A emissão do boleto e a disponibilização da informação dos meios de pagamento ocorrerão por meio do site da Câmara Municipal e da banca organizadora, pelos meios de pagamento oferecidos no Edital, quais sejam: boleto bancário, PIX ou cartão de crédito, observadas as condições da instituição financeira responsável pela transação. Neste último caso, podendo ser permitido o parcelamento do valor, conforme as condições disponibilizadas pela operadora do cartão e/ou pela instituição financeira responsável pela transação.
- 4.17. As regras, encargos financeiros e eventuais acréscimos decorrentes do parcelamento serão de inteira responsabilidade do candidato, que deverá consultá-los no momento da efetivação do pagamento.
- 4.18. A banca organizadora não se responsabiliza por eventuais problemas relacionados ao pagamento da taxa de inscrição que venha a impedir o recebimento do valor correspondente à taxa de inscrição, sendo o candidato o responsável por conferir a efetivação do pagamento, inclusive eventuais casos de não aprovação da transação, estornos, cancelamentos, divergências de valores, cobranças de juros ou tarifas, atraso ou não quitação das parcelas, entre outros.
- 4.19. Qualquer pendência, questionamento ou disputa relativa ao pagamento deverá ser solucionada diretamente entre o candidato e a operadora do cartão de crédito e/ou a instituição financeira intermediadora do pagamento.
- 4.20. Caso seja comprovada a não quitação da taxa de inscrição em razão de estorno ou cancelamento da operação financeira, junto à operadora do cartão de crédito, instituição financeira ou meio de pagamento utilizado, o valor da taxa de inscrição será considerado não quitado implicando o cancelamento da inscrição, caso não haja a regularização do pagamento dentro do prazo estabelecido pela Comissão Organizadora.
- 4.21. As inscrições efetuadas somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição pelo sistema bancário.
- 4.22. O candidato inscrito não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei.
- 4.23. A Câmara Municipal de Trombas e a Comissão Organizadora não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, desde que não haja comprovação de participação ou culpa da organizadora.



5. DAS ISENÇÕES:

5.1. Não será dispensado o pagamento da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que se enquadrem na possibilidade abaixo especificada:

- a) 1ª POSSIBILIDADE – Decretos Federais nº 6.593/2008 e nº 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico);
- b) 2ª POSSIBILIDADE - doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei Nº 13.656/2018.

5.2. A comprovação das condições dispostas no subitem 5.1 deste Edital, será realizada por meio de envio (*upload*) da imagem digitalizada dos documentos comprobatórios discriminados a seguir:

I) para comprovação da 1ª POSSIBILIDADE – Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico), o candidato deve realizar o envio, cumulativo, da imagem dos seguintes documentos:

- a) requerimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição integralmente preenchido, impresso e assinado, de acordo com o formulário disposto neste Edital;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- c) cópia da carteira de trabalho e previdência social das páginas que contêm os dados de número e série e qualificação civil, contrato de trabalho (último emprego) e a posterior;
- d) declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), devidamente assinada, nos termos do Decreto nº 11.016/2022; e
- e) documento oficial de identidade, nos termos deste Edital, e CPF.

II) para comprovação da 2ª POSSIBILIDADE - doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei Nº 13.656/2018, o candidato deve realizar o envio, cumulativo, da imagem dos seguintes documentos:

- a) requerimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição integralmente preenchido, impresso e assinado, de acordo com o formulário disposto neste Edital;
- b) comprovante da doação ou da inscrição como doador, mediante apresentação de certidão ou cartão de doador voluntário de medula óssea (REDOME), expedidos por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo estado ou pelo município, contendo informação de realização de coleta de células de medula óssea, data da emissão do documento, com assinatura da pessoa responsável pelo Órgão emissor, e o nome legível e completo do assinante.
- c) documento oficial de identidade, nos termos deste edital, e CPF.

6. DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

6.1. A Comissão Organizadora, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.

6.2. Do indeferimento do pedido de inscrição, caberá recurso nos termos do item 15 - DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Trombas.

6.2.1. Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 15 - DOS RECURSOS deste Edital.

6.2.2. Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.

6.2.3. A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá ao candidato, no caso de não realização do certame por parte da Câmara Municipal de Trombas/GO.



6.2.4. Considera-se indeferida a inscrição preliminar do candidato que:

- a) não pagar a taxa de inscrição; e,
- b) prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

7. DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

7.1. O candidato poderá acessar o endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br para imprimir a confirmação de sua inscrição.

7.1.1. Em caso de qualquer incoerência ou mesmo ausência de seu nome na lista preliminar de inscritos, caberá recurso nos termos do item 15– DOS RECURSOS.

7.2. O comprovante de confirmação de inscrição, impresso via Internet, deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas, juntamente com documento original de identificação oficial com foto, conforme este edital.

7.3. É responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção do comprovante de confirmação de inscrição.

8. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1. Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas de acordo com forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e das Leis Federais nº 7853/1989, 13.146/2015 e Decreto 3.298/1999, desde que a deficiência seja compatível com o cargo e os candidatos sejam considerados habilitados e classificados nas provas.

8.1.1. Em razão do quantitativo de vagas ofertadas para cada cargo, não haverá reserva imediata de vagas para pessoas com deficiência, permanecendo assegurada a observância do percentual legal nas futuras convocações durante o prazo de validade do concurso.

8.2. Quando da aplicação do percentual resultar fração, esta será arredondada para o número inteiro subsequente quando a fração for igual ou superior a 0,5 e para o número inteiro imediatamente inferior quando for inferior a 0,5.

8.3. O percentual de reserva será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro reserva.

8.4. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.

8.5. As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.

8.6. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato com deficiência deverá:

- a) no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às



vagas reservadas às pessoas com deficiência:

- I. arquivo digital do documento de identificação e CPF de acordo este edital;
 - II. arquivo digital de laudo médico, emitido nos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10 ou CID-11), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital;
 - III. Ficam desobrigados desta atualização cronológica os candidatos cujos laudos atestem deficiências de caráter irreversível, permanente, congênito ou crônico, os quais possuirão validade indeterminada, desde que atendam aos demais requisitos de identificação (CID-11 e assinatura médica) previstos neste Edital.
- b) no caso de candidato com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea “a” deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.
- 8.7. O candidato com deficiência deverá anexar os documentos elencados no subitem 8.6, de forma legível, no período previsto no Anexo V deste Edital. Após esse período, a solicitação será indeferida.
- 8.8. O candidato que se enquadrar na hipótese prevista na alínea “b” do subitem 8.6 deste edital poderá solicitar atendimento especial unicamente para a condição estabelecida no seu parecer médico.
- 8.9. O envio dos arquivos dos documentos especificados no subitem 8.6 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Comissão Organizadora não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
- 8.10. Somente serão aceitos documentos digitais no formato .pdf, com tamanho máximo de até 2MB (dois megabytes) cada documento ou 10MB (dez megabites) se arquivo único.
- 8.11. As imagens comprovadamente ilegíveis serão desconsideradas para fins de análise.
- 8.12. O candidato deverá manter aos seus cuidados a via original da documentação constante do subitem 8.6 deste edital, para que, caso seja solicitada pela Comissão Organizadora, o candidato a envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
- 8.13. Os documentos enviados pelo candidato terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.
- 8.14. As listas com os resultados preliminar e definitivo dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgadas no endereço eletrônico: www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, nas datas previstas no cronograma.
- 8.15. O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar do indeferimento das inscrições na condição de pessoas com deficiência deverá realizá-lo no prazo de até 2(dois) úteis após a publicação, iniciando a contagem no primeiro dia subsequente à publicação. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.



- 8.16. No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
- 8.17. A inobservância do disposto no item 8.6 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
- 8.18. O candidato que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida no subitem 8.6 deste edital não é suficiente para o candidato ter sua solicitação deferida.
- 8.19. O candidato que no ato da inscrição se declarou pessoa com deficiência, se aprovado neste concurso público e na avaliação biopsicossocial, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de candidatos na condição de pessoa com deficiência.
- 8.20. As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por candidatos que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas. Caso não haja candidatos aprovados, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
- 8.21. Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo candidato considerado pessoa com deficiência habilitado, o mesmo candidato será convocado.
- 8.22. As vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCD) serão preenchidas por candidatos que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, observada rigorosamente a ordem de classificação específica.
- 8.23. A convocação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência observará o percentual legal de reserva de vagas, incidindo sobre o total de convocações realizadas durante a vigência do certame.
- 8.24. Para fins de operacionalização da reserva legal, fica estabelecido que a primeira convocação de candidato PCD ocorrerá na 5ª (quinta) vaga, e as demais ocorrerão sucessivamente nas posições 21ª, 41ª, 61ª, 81ª, e assim por diante, respeitando-se a proporcionalidade legal e o quantitativo de vagas providas.
- 8.25. Para fins de transparência e compreensão, segue exemplo ilustrativo de convocação:

Ordem de Convocação	Tipo de Vaga
1ª	Ampla Concorrência
2ª	Ampla Concorrência
3ª	Ampla Concorrência
4ª	Ampla Concorrência
5ª	Pessoa com Deficiência (PCD)
6ª a 20ª	Ampla Concorrência
21ª	Pessoa com Deficiência (PCD)
22ª a 40ª	Ampla Concorrência
41ª	Pessoa com Deficiência (PCD)
42ª a 60ª	Ampla Concorrência
61ª	Pessoa com Deficiência (PCD)



- 8.26. A aplicação da reserva de vagas observará, ainda, os seguintes critérios:
- a) a convocação dos candidatos PCD não prejudicará a ordem de classificação da ampla concorrência;
 - b) na inexistência de candidatos aprovados na condição de pessoa com deficiência, as vagas reservadas serão revertidas para a ampla concorrência;
 - c) o candidato convocado como PCD também figurará na lista geral de classificação, podendo ser convocado por esta, respeitada sua posição.
- 8.27. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pelo próximo candidato com deficiência classificado, desde que haja candidato classificado nessa condição.
- 8.28. O candidato com a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se não eliminado no concurso público, será convocado, por meio de edital de convocação específico, para se submeter à avaliação biopsicossocial promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade da Comissão Especial Organizadora, formada por quatro profissionais capacitados atuantes nas áreas das deficiências que o candidato possuir, dentre os quais um médico, e três profissionais da carreira a que o candidato concorrerá, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012; do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015; do art. 1º da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021; e do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.
- 8.29. O edital de convocação estabelecerá se a avaliação biopsicossocial será realizada de forma presencial ou telepresencial.
- 8.30. A avaliação biopsicossocial visa a qualificar a deficiência do candidato e considerará:
- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
 - b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
 - c) a limitação no desempenho de atividades;
 - d) a restrição de participação.
- 8.31. Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com uma hora de antecedência, munidos de documento de identidade original (nos moldes deste edital) e de laudo médico (original) emitido, no máximo, nos 12 (doze) meses anteriores à data da Avaliação, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente do CID-11, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência, conforme edital de convocação.
- a) O laudo médico – original ou cópia autenticada – será retido pela Comissão Organizadora por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial e não será devolvido em hipótese alguma.
 - b) Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico — audiometria – (original ou cópia autenticada em cartório) realizado, no máximo, nos 12 meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial.
 - c) Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.



- 8.32. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:
- não apresentar laudo médico (original);
 - apresentar laudo que não tenha sido emitido nos últimos 12 (doze) meses da data de realização da avaliação;
 - deixar de cumprir as exigências de que tratam todo o item 5 deste edital;
 - não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
 - não comparecer à avaliação biopsicossocial;
 - não apresentar o documento de identificação de acordo exigido no edital;
 - evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem a conclusão da avaliação e/ou sem a autorização dos membros; e/ou
 - candidato com deficiência reconhecida na avaliação biopsicossocial, mas incompatível com as atribuições do cargo para o qual concorre.
- 8.33. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições específicas do cargo. Se os membros da avaliação biopsicossocial decidirem que o candidato não preenche das condições estabelecidas neste Edital, o candidato poderá oferecer recurso próprio, garantindo o contraditório e ampla defesa.
- 8.34. Outras informações a respeito da avaliação biopsicossocial constarão de edital específico de convocação a ser publicado pela Câmara Municipal de Trombas/GO.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

- 9.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.
- 9.2. É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.
- 9.3. Ratifica-se: para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 9.4. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacionais de habilitação (somente o modelo com foto), documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital, e RG digital) apresentados obrigatoriamente nos respectivos aplicativos oficiais;
- 9.5. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
- 9.6. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; ou documentos digitais não citados neste Edital e/ou apresentados fora de seus aplicativos oficiais.



- 9.7. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;
- 9.8. O candidato que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial;
- 9.9. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público;
- 9.10. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura;
- 9.11. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.
- 9.12. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 9.13. Não será permitido pagamento de inscrição mediante depósito ou transferência bancária.
- 9.14. É vedada a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição.
- 9.15. Ratifica-se o item 3.22, para que os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
- 9.16. Para solicitar tratamento diferenciado, o candidato deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, no período previsto.
- 9.17. O envio da documentação prevista no subitem 8.31 deste Edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Comissão Organizadora não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.
- 9.18. As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado enviado em arquivo digital valerão somente para este Concurso.
- 9.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.
- 9.20. Terá o direito previsto no subitem 9.19 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.
- 9.21. A prova da idade será feita mediante o envio da imagem da respectiva certidão de nascimento, de acordo com o disposto no subitem 9.19 deste Edital. Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.



- 9.22. A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 9.23. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período. Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.
- 9.24. Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado a Comissão Organizadora no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br tão logo a condição seja diagnosticada. Os candidatos nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
- 9.25. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição a Comissão Organizadora no ato de inscrição.
- 9.26. Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 9.24 acima também se aplica a candidatos com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos diversos por motivos de saúde, tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
- 9.27. No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, os candidatos poderão ser eliminados do certame.
- 9.28. A pessoa transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
- 9.29. As publicações referentes aos(as) candidatos(as) transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
- 9.30. O candidato que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 9.24 acima.
- 9.31. Os resultados preliminar e definitivo dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.
- 9.32. O candidato disporá de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da relação preliminar citada do item 9.31 acima, para apresentar recurso contra o indeferimento por meio de sua Área para Candidato, restringindo-se apenas a assuntos relacionados ao atendimento especial, conforme instruções contidas nessa mesma publicação. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
- 9.33. Os candidatos que não fizerem a solicitação de tratamento diferenciado até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, não terão a condição atendida.
- 9.34. A solicitação de tratamento diferenciado será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, e prévia comunicação nos prazos ora estipulados.



10. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

10.1. Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital, conforme o quadro a seguir:

NÍVEL FUNDAMENTAL

Área de Conhecimento	Disciplina	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Perfil para Aprovação
Conhecimentos Gerais e Específicos	Língua Portuguesa e História de Trombas Somente Motorista: Legislação de Trânsito e Funcionamento de veículos automotores	20	2,0	40,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico Matemático	10	1,0	10,0	
Total - Prova Objetiva		30	-	50	-

NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR

Área de Conhecimento	Disciplina	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Perfil para Aprovação
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	1,0	10,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo
	Raciocínio Lógico Matemático e Conhecimentos em Informática	10	1,0	10,0	
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos específicos ao cargo	20	2,0	40,0	obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
Total - Prova Objetiva		40	-	60	-

10.2. Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.

10.3. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

10.4. A duração da prova objetiva será de 3 (três) horas, tempo considerado suficiente e proporcional ao número de questões e à complexidade dos conteúdos avaliados, em conformidade com o Termo de Referência e com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

10.5. As provas objetivas constarão de 30 (trinta) questões para nível fundamental e 40 (quarenta) questões para os níveis médio e superior, com peso 1,0 a 2,0 conforme subitem 10.1 deste edital.



- 10.6. Considerar-se-á classificado o candidato que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na prova objetiva e não obtiver nota 0,00 em qualquer uma das disciplinas.
- 10.7. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com quatro alternativas (A à D) e uma única alternativa com a resposta correta.
- 10.8. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro do candidato.
- 10.9. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho do candidato.
- 10.10. O candidato deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
- 10.11. A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto do candidato. Na hipótese do uso da foto, ele deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação do candidato, o qual ao participar do certame permite o direito do uso da foto para este fim de identificação e segurança.
- 10.12. É de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade da foto.
- 10.13. Em caso de divergência da foto do candidato, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão do candidato.
- 10.14. A Comissão Organizadora poderá utilizar a foto do candidato para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
- 10.15. O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte do candidato, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
- 10.16. A não identificação, pelo candidato, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
- 10.17. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
- 10.18. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
- 10.19. A não devolução pelo candidato da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 10.16 deste edital, acarretará eliminação sumária do candidato neste concurso.



- 10.20. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal designado pela Comissão Especial Organizadora devidamente treinado e autorizado para tanto.
- 10.21. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

11. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 11.1. As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

CARGO	DATA
TODOS OS CARGOS	06/09/2026 9h00min às 12h00min (horário oficial de Brasília)

- 11.2. Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir os candidatos, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br. O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo o candidato ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.
- 11.3. Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.
- 11.4. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.
- 11.5. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Comissão Organizadora tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
- 11.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.
- 11.7. Poderá ocorrer inclusão de candidato que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá carácter condicional e será, posteriormente, averiguada pela Comissão Organizadora a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.
- 11.8. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de dois candidatos, testemunhas do fato.



- 11.9. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.
- 11.10. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
- 11.11. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, todos os candidatos deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.
- 11.12. Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.
- 11.13. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.
- 11.14. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.
- 11.15. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluído o candidato considerado ausente na aplicação.
- 11.16. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
- 11.17. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
- 11.18. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
- 11.19. O candidato que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.
- 11.20. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.21. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala



de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pela Comissão Organizadora), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da Comissão Organizadora sobre tais equipamentos.

- 11.22. No caso de o candidato ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade do candidato vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o candidato será eliminado automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
- 11.23. Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, os candidatos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
- 11.24. Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
- 11.25. Bolsas, mochilas e outros pertences dos candidatos deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira do candidato.
- 11.26. Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse dos candidatos quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
- 11.27. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
- 11.28. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas.
- 11.29. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pelo candidato de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
- 11.30. É garantida a liberdade religiosa a todos os candidatos. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do Concurso, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade do candidato e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
- 11.31. Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
- 11.32. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
 - a) não será permitida a permanência de acompanhante do candidato (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde



b) os candidatos poderão ser submetidos ao detector de metais;

- 11.33. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
- 11.34. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.
- 11.35. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de aplicação da prova após decorridas 2 (duas) horas do início da prova, ainda que tenha concluído sua avaliação. O candidato que se retirar do local de prova antes do prazo mínimo estabelecido no subitem anterior será eliminado do concurso público.
- 11.36. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
- 11.37. O caderno de questões será disponibilizado integralmente na “área do candidato” a todos os candidatos no prazo de 02 (dois) dias após a realização da prova objetiva, possibilitando a verificação do gabarito preliminar e a interposição de eventuais recursos.
- 11.38. O espelho do cartão-resposta individual será disponibilizado na “área do candidato” juntamente com o Resultado Preliminar da Prova Objetiva, permitindo a interposição de recurso contra esse resultado.
- 11.39. O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação do candidato para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
- 11.40. Ao término de sua prova, o candidato deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizado.
- 11.41. O candidato deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminado do concurso.
- 11.42. Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADO do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que, durante a realização, agir com conduta de:
- retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
 - for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outro candidato;
 - faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou candidatos;
 - fizer anotações de informações referentes às suas respostas (cópia de gabarito);
 - descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
 - recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
 - ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
 - não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;



- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
- m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- n) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- o) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- p) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
- q) portar arma de fogo;

- 11.43. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, o candidato será mantido no Concurso.
- 11.44. No dia de realização das provas, a Comissão Organizadora poderá submeter os candidatos, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.
- 11.45. Ao término da prova, o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
- 11.46. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 11.47. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.
- 11.48. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.

12. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 12.1. Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo II deste Edital.
- 12.2. O Anexo II, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
- 12.3. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
- 12.4. A Câmara Municipal de Trombas/GO e a Comissão Organizadora não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
- 12.5. Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
- 12.6. Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.



13. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 13.1. A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos na Prova Objetiva atribuindo-se o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
- 13.2. Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
- 13.3. A homologação da relação de candidatos aprovados e classificados no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
- 13.4. As listas de classificação para cada cargo especificado neste edital serão publicadas com base na nota final dos candidatos e de acordo com as seguintes nomenclaturas:
- aprovado: candidato classificado no limite do número de vagas ofertado no concurso, por cargo;
 - classificado: candidato passível de convocação dentro da vigência do concurso.
- 13.5. O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, sendo sua homologação publicada no site eletrônico da Câmara Municipal de Trombas/GO.
- 13.6. O candidato que for considerado pessoa com deficiência após a avaliação biopsicossocial e que for aprovado no concurso terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.
- 13.7. Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
- tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
 - obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
 - tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea “a” deste subitem; e;
 - tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).
- 13.8. Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea “d” do subitem 13.7 deste edital serão convocados, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
- 13.9. Os candidatos convocados que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
- 13.10. Os candidatos a que se refere a alínea “d” do subitem 13.7 deste edital serão convocados, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
- 13.11. Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.



14. DOS RECURSOS

- 14.1. Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra os resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área do Candidato, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
- 14.2. O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo individualmente, em até dois dias consecutivos após a publicação de qualquer resultado, somente via Internet, por meio da Área do Candidato acessível pelo endereço eletrônico da banca organizadora.
- 14.3. Não caberá recursos de resultados definitivos ou eliminação de candidatos, de acordo com os termos deste edital.
- 14.4. Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
- 14.5. Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
- 14.6. Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
- 14.7. A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
 - a) o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
 - b) o gabarito oficial preliminar.
- 14.8. A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
- 14.9. O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
 - a) erro material;
 - b) incorreção técnica ou conceitual;
 - c) incompatibilidade com o conteúdo programático;
 - d) ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
- 14.10. Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão-resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
- 14.11. Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
- 14.12. O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
 - a) erro material na soma dos pontos;
 - b) divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
 - c) aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.



- 14.13. Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
- 14.14. Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
- 14.15. O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
- 14.16. Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
- 14.17. Serão igualmente indeferidos recursos que:
- contenham teor desrespeitoso;
 - estejam em desacordo com as especificações deste edital;
 - não guardem correspondência com a questão recorrida.
- 14.18. A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
- 14.19. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
- 14.20. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
- 14.21. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

15. DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

- 15.1. Por ocasião da convocação, os candidatos classificados deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição.
- 15.2. A convocação de que trata o subitem 15.1 acima será realizada pela Câmara Municipal de Trombas, devendo o candidato apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
- 15.3. O candidato, além de atender aos requisitos exigidos neste Edital, deverá apresentar, necessariamente, os seguintes documentos originais e suas fotocópias:
- Documento oficial de identificação com foto (RG ou RNE), frente e verso;
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - Certidão de nascimento, casamento ou união estável, atualizada (emitida há no máximo 30 dias);
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos, se houver;
 - 2 (duas) fotos 3x4 recentes;
 - Comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos 90 dias);
 - Título de Eleitor ou e-Título;
 - Certidão de Quitação Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição (emitida há no máximo 6 meses);
 - Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
 - Histórico escolar correspondente ao curso apresentado;
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
 - Número de inscrição no PIS/PASEP ou declaração de que não possui cadastro;
 - Comprovante de exoneração ou rescisão do último vínculo empregatício, se houver;



- XIV. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, Estadual da Seção Judiciária onde residiu nos últimos 5 anos (emitida há no máximo 6 meses);
- XV. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral (emitida há no máximo 6 meses);
- XVI. Certidão de antecedentes criminais nos últimos 5 anos (emitida há no máximo 6 meses) no Estado de residência da pessoa candidata;
- XVII. Autorização legal para exercício da profissão, quando exigido para o cargo (registro em conselho profissional);

- 15.4. Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticadas dos documentos relacionados no subitem 15.3 acima.
- 15.5. Caso haja necessidade, a Administração Pública poderá solicitar outros documentos complementares.
- 15.6. Os candidatos serão submetidos a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
- 15.7. Para todos os cargos, exceto motorista, serão de responsabilidade da pessoa candidata a apresentação dos seguintes exames: Exame clínico geral; Hemograma completo; Glicemia em jejum; Exame de urina (EAS); Exame oftalmológico; Eletrocardiograma (ECG).
- 15.8. O cargo de motorista além dos exames descritos no item 15.7 deverá ainda apresentar exame de audiometria e exame toxicológico.
- 15.9. Os exames médicos possuem caráter eliminatório, assegurado ao candidato o contraditório e a ampla defesa, na forma prevista em eventual edital de convocação.
- 15.10. Não será nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatada a irregularidade a qualquer tempo.
- 15.11. O candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerado desistente e excluído do Concurso Público, ensejando a convocação do próximo candidato na ordem de classificação.
- 15.12. A convocação será realizada por meio de publicação no site eletrônico da Câmara Municipal de Trombas e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, WhatsApp ou telefone).

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Câmara Municipal de Trombas/GO, e divulgado no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.
- 16.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no site eletrônico da Câmara Municipal de Trombas/GO, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Administração.
- 16.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelos candidatos, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.



- 16.4. O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante a Comissão Organizadora até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico no portal www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Administração Pública. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
- 16.5. A Comissão Organizadora e a Câmara Municipal de Trombas/GO não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
- endereço não atualizado;
 - endereço de difícil acesso;
 - correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - correspondência recebida por terceiros.
- 16.6. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação no site oficial da banca organizadora e da Câmara Municipal de Trombas/GO.
- 16.7. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pela Comissão Organizadora e pela Câmara Municipal de Trombas/GO conforme o caso.
- 16.8. A Comissão Organizadora poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
- 16.9. Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todos os candidatos.
- 16.10. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento.
- 16.11. É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo até 2(dois) dias previsto, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.
- 16.12. Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para Candidato acessível pelo endereço eletrônico www.camaramunicipaldetrombas.go.gov.br.
- 16.13. A impugnação protocolada será julgada pela Comissão Organizadora em conjunto com a Coordenação Administrativa do Concurso Público, no que for necessário.



- 16.14. Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
- 16.15. Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão Organizadora em conjunto com a Banca Examinadora e Coordenação Administrativa, ouvida a Câmara Municipal de Trombas, sempre que necessário.

Trombas/GO, 25 de junho de 2026.

EDMILSON DUARTE DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Trombas

Edital elaborado pela Comissão Especial do Concurso Público, instituída pela Portaria n.º 016/2026, com assessoramento técnico especializado do Administrador **ANALÍCIO JÚNIOR NUNES DE BRITO**, CRA/GO nº 19.739.

PCI Concursos

ANEXO I

VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA, PRÉ-REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES

Cargo	Nº de Vagas	Ampla	PCD	Cadastro de Reserva	CR - Ampla Concorrência	CR - PCD	Requisitos / Escolaridade	Vencimento
Assessor de Comunicação e Publicidade Digital (20h/s)	01	01	0	02	02	0	Ensino Médio Completo e curso de capacitação validado pelo MEC presencial ou EAD em Comunicação ou Publicidade ou Propaganda ou Fotografia ou Marketing Digital, com carga horária mínima de 60h	R\$ 2.500,00
Motorista (40h/s)	01	01	0	02	02	0	Certificado de conclusão do ensino fundamental Completo e posse de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria D ou superior, nos termos da legislação aplicável ao cargo	R\$ 1.621,00
Assessor Legislativo de Gestão (40h/s)	01	01	0	02	02	0	Ensino Superior Completo em qualquer área de Gestão	R\$ 3.500,00
Auxiliar de Serviços Gerais (40h/s)	01	01	0	02	02	0	Certificado de Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.621,00

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Denominação: Assessor de Comunicação e Publicidade Digital

Atribuições do Cargo: responsável por planejar, produzir e divulgar conteúdo institucional da Câmara; realizar cobertura fotográfica e digital de sessões, eventos e atos oficiais; gerenciar redes sociais e canais de comunicação digital; editar e diagramar materiais de transparência pública e comunicação social do Poder Legislativo; executar outras tarefas compatíveis.

Denominação: Motorista

Atribuições do Cargo: responsável por conduzir (dirigir) veículos, transportando Vereadores e Dirigentes da Câmara Municipal; transportar, com autorização superior, funcionários e outras pessoas; recolher o veículo à garagem, quando concluída a jornada de trabalho; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência e objetos que lhe forem confiados; providenciar no abastecimento de combustível, água e óleo; comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia verificada no funcionamento do veículo; comunicar ao seu superior imediato quando da necessidade de atualização da documentação do veículo.

Denominação: Auxiliar de Serviços Gerais

Atribuições do Cargo: responsável por cuidar da abertura e fechamento das dependências da Câmara Municipal; realizar serviços necessários ao funcionamento e controle da cantina e copa; servir café e lanches; executar atividades de limpeza e conservação nas dependências dos diversos setores da Câmara Municipal e executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo.

Denominação: Assessor Legislativo de Gestão

Atribuições do Cargo: Assessorar a Mesa Diretora e setores administrativos na coordenação e acompanhamento de processos internos, auxiliar na elaboração de relatórios, pareceres e projetos de gestão; propor melhorias organizacionais e de eficiência; participar da elaboração do planejamento orçamentário e das ações de controle interno; executar atividades técnicas e de assessoramento legislativo, administrativo e de gestão de pessoas e patrimônio; desempenhar outras funções correlatas compatíveis com a natureza e complexidade do cargo.

ANEXO II CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA/NÍVEL FUNDAMENTAL

Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílabas e Tonicidade. Divisão Silábica. Morfologia. Componentes de um Vocábulo. Formação das Palavras. Significação das Palavras. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição. Sintaxe: Concordância Nominal e Concordância Verbal. Acentuação Gráfica. Interpretação de Texto. Ortografia.

LÍNGUA PORTUGUESA/NÍVEL MÉDIO

Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA/NÍVEL SUPERIOR

Interpretação e compreensão de textos de diferentes gêneros. Tipologia e gêneros textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego dos sinais de pontuação. Estrutura e formação das palavras. Classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Flexão nominal e verbal. Emprego e colocação dos pronomes. Vozes verbais. Tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sintaxe da oração e do período. Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração. Coordenação e subordinação. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Coesão e coerência textual. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, denotação e conotação. Figuras de linguagem. Significação das palavras e expressões. Reescrita de frases e substituição de estruturas linguísticas. Variação linguística. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República. Correspondência oficial: ofício, memorando, requerimento, ata, relatório, parecer e demais expedientes administrativos. Norma-padrão da Língua Portuguesa.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO/NÍVEL FUNDAMENTAL

Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de seqüências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO/ NÍVEL MÉDIO

Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa. Lógica matemática qualitativa, seqüências lógicas envolvendo números, letras e figuras. Geometria básica. Álgebra básica e sistemas lineares. Calendários. Numeração. Razões especiais. Análise combinatória e probabilidade. Progressões Aritmética e Geométrica. Conjuntos: As relações de pertinência; Inclusão e igualdade; Operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO / NÍVEL SUPERIOR

Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Lógica sentencial (proposicional): proposições

simples e compostas; conectivos; tabelas-verdade; equivalências; negações; tautologias; contradições e contingências. Lógica de primeira ordem. Quantificadores. Diagramas lógicos. Diagramas de Venn. Conjuntos: operações, relações de pertinência, inclusão e igualdade. Princípio da Regressão ou Reversão. Problemas de raciocínio lógico envolvendo dedução, indução e analogias. Sequências lógicas envolvendo números, letras, palavras e figuras. Resolução de situações-problema. Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros simples e compostos. Matemática financeira básica. Progressões aritmética e geométrica. Análise combinatória. Probabilidade. Arranjos, permutações e combinações. Álgebra básica. Equações e inequações do primeiro e do segundo grau. Sistemas lineares. Funções. Geometria plana e espacial. Geometria analítica básica. Estatística descritiva: tabelas, gráficos, média aritmética, mediana, moda e desvio padrão. Interpretação e análise de dados. Raciocínio quantitativo e interpretação de informações matemáticas. Comparações. Calendários. Numeração. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DIGITAL

Comunicação social e comunicação institucional. Teoria da comunicação. Comunicação pública. Assessoria de comunicação e assessoria de imprensa. Relações públicas. Marketing institucional e marketing digital. Planejamento estratégico da comunicação. Produção e gerenciamento de conteúdo para mídias digitais. Redação jornalística e redação institucional. Técnicas de entrevista e elaboração de releases, notícias, informativos e textos institucionais. Gêneros jornalísticos. Comunicação governamental. Publicidade e propaganda. Planejamento e execução de campanhas institucionais. Identidade visual. Branding institucional. Linguagem publicitária. Noções de direção de arte. Produção gráfica e editorial. Editoração eletrônica e diagramação. Elaboração de peças de divulgação institucional. Fotografia digital e cobertura de eventos. Noções de captação e edição de imagens. Enquadramento, iluminação e composição fotográfica. Produção e edição básica de vídeos institucionais. Transmissão e cobertura de sessões legislativas, eventos e atos oficiais. Gestão de redes sociais e mídias digitais. Plataformas digitais e redes sociais. Planejamento, produção e monitoramento de conteúdo digital. Estratégias de engajamento e relacionamento com o público. Métricas e análise de desempenho. Noções de impulsionamento e tráfego pago. Marketing de conteúdo. Comunicação em ambientes digitais. Noções de design gráfico. Conceitos de layout, tipografia, cores e composição visual. Noções de softwares de edição de imagens, vídeos e diagramação. Produção de material gráfico e digital. Formatos e padrões para publicação em meios impressos e eletrônicos. Noções de informática aplicada à comunicação. Internet, intranet, correio eletrônico e armazenamento em nuvem. Ferramentas de edição de texto, planilhas e apresentações. Sistemas operacionais Windows e pacote Microsoft Office ou equivalentes. Ferramentas colaborativas e plataformas digitais. Comunicação e transparência no setor público. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no que se refere à transparência pública. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018). Princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal. Publicidade dos atos administrativos. Noções de Direito Constitucional. Constituição Federal de 1988: princípios fundamentais; Administração Pública (art. 37); Poder Legislativo; direitos e garantias fundamentais. Lei Orgânica do Município de Trombas. Regimento Interno da Câmara Municipal de Trombas. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo Municipal. Processo legislativo. Sessões legislativas. Atos normativos municipais. Ética profissional. Sigilo profissional. Atendimento ao público. Relacionamento interpessoal. Trabalho em equipe. Qualidade no atendimento. Organização e gestão do tempo. Princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência aplicados ao serviço público.

MOTORISTA

Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997), Lei Federal 12.619 de 30 de abril de 2012, Lei Federal 12.971 de 09 de maio de 2014, Lei Federal 13.103 de 02 de março de 2013 e resoluções do CONTRAN pertinentes à condução de veículos. Funcionamento de veículos automotores: conhecimentos básicos de mecânica e de elétrica de automóveis. Manutenção de automóveis. Combustíveis. Noções de segurança individual, coletiva e de instalações. Direção defensiva. Noções de primeiros socorros.

ASSESSOR LEGISLATIVO DE GESTÃO

Noções de Administração Geral e Pública: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional; natureza; finalidades Processo organizacional: planejamento; direção; comunicação; controle; e avaliação. Classificação de materiais. Tipos de classificação. Gestão de estoques. Recebimento e armazenagem. Entrada. Conferência. Critérios e técnicas de armazenagem. Noções de arquivologia. Comunicação escrita e oral. Constituição Federal: arts. 29 a 31; art. 37; arts. 70 a 75. Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública; atos administrativos; responsabilidade do servidor público; controle da Administração Pública. Administração Orçamentária e Financeira: noções da Lei nº 4.320/1964 (receita e despesa pública; empenho, liquidação e pagamento); Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (noções gerais); noções de PPA, LDO e LOA. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021 (noções gerais). Controle Interno: finalidade e procedimentos básicos. Administração de Pessoal: direitos e deveres do servidor público; registros funcionais. Redação Oficial: elaboração de expedientes oficiais. Arquivologia: protocolo, organização e arquivamento de documentos. Informática: editor de texto e planilhas eletrônicas. Ética no Serviço Público: princípios éticos; Lei nº 8.429/1992; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 13.709/2018 (noções gerais). Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018). Publicidade dos atos administrativos. Noções de Direito Constitucional. Constituição Federal de 1988: princípios fundamentais; Poder Legislativo; direitos e garantias fundamentais. Lei Orgânica do Município de Trombas. Regimento Interno da Câmara Municipal de Trombas. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo Municipal. Processo legislativo. Sessões legislativas. Atos normativos municipais. Ética profissional. Sigilo profissional. Atendimento ao público. Relacionamento interpessoal. Trabalho em equipe. Qualidade no atendimento. Organização e gestão do tempo.

ANEXO-III
DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de _____, Edital nº 1/2026, do Concurso Público para Cargos Gerais da Câmara Municipal de TROMBAS/GO, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a) _____ é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID _____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto) _____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar provável causa da deficiência):

Adiciono ainda outras informações:

1) Candidato faz uso de próteses, órteses ou adaptações? () Sim () Não

Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

Se candidato com deficiência mental, especificar as áreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

2) Se candidato com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.

() NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL. ()

NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.

Especificar:

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência do(a) candidato(a).

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data

Assinatura do(a) candidato(a)

Observações:

- * No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
- * No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO-IV
DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ - _____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____, promovido pela Câmara Municipal de TROMBAS/GO e regido pelo Edital nº 1, de 25 de junho de 2026, inscrição nº _____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):

Para comprovação da condição disposta neste edital, o candidato deverá realizar o envio (*upload* de arquivo) da imagem digitalizada dos documentos comprobatórios discriminados a seguir:

() **1ª POSSIBILIDADE** – Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico), o candidato deve realizar o envio, cumulativo, da imagem dos seguintes documentos:

- a) requerimento da solicitação de isenção da folha resumo do cadastro único retirada no setor de cadastro único da assistência social do cadastro único;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- c) cópia da carteira de trabalho e previdência social das páginas que contêm os dados de número e série e qualificação civil, contrato de trabalho (último emprego) e a posterior;
- d) declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), devidamente assinada, nos termos do Decreto nº 11.016/2022; e
- e) documento oficial de identidade, nos termos deste Edital, e CPF.

Nº NIS:		CPF:	
DATA DE NASCIMENTO:	DATA EXP.:	RG:	UF:
NOME DA MÃE:			

() **2ª POSSIBILIDADE**- doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei Nº 13.656/2018, o candidato deve realizar o envio, cumulativo, da imagem dos seguintes documentos:

- a) requerimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição integralmente preenchido, impresso e assinado, de acordo com o formulário disposto neste Edital;
- b) comprovante da doação ou da inscrição como doador, mediante apresentação de certidão ou cartão de doador voluntário de medula óssea (REDOME), expedidos por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo estado ou pelo município, contendo data da coleta de células de medula óssea, data da emissão do documento, com assinatura da pessoa responsável pelo Órgão emissor, e o nome legível e completo da assinante.
- c) documento oficial de identidade, nos termos deste edital, e CPF.

Notas!

É de responsabilidade exclusiva do candidato o correto preenchimento dos formulários e a entrega da documentação em conformidade com o Edital.

Todos os documentos enviados serão analisados posteriormente pela banca examinadora da Organizadora, que emitirá relatório com a situação preliminar do candidato.

_____/_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) requerente

PCI Concursos

ANEXO V-CRONOGRAMA

CRONOGRAMA SUGESTIVO		
FASE	DATA	
Publicação do Edital	25/06/2026	
Período de impugnação ao Edital de abertura das inscrições	25/06/2026	26/06/2026
Publicação das respostas às impugnações ao Edital, caso existentes	03/07/2026	
Período de Inscrições	10/08/2026	21/08/2026
Período de inscrição para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	10/08/2026	11/08/2026
Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	14/08/2026	
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	17/08/2026	18/08/2026
Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	19/08/2026	
Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e/ou solicitante de Atendimento Especial	21/08/2026	
Último dia para geração e pagamento do boleto da taxa de inscrição	24/08/2026	
Divulgação do resultado preliminar de inscrição (Atendimento Especial) na área do candidato	25/08/2026	
Período para interposição de recurso contra a relação de inscritos preliminar (Atendimento Especial)	26/08/2026	27/08/2026
Divulgação do resultado definitivo de inscrição (Atendimento Especial) na área do candidato	31/08/2026	
Divulgação dos locais de prova	01/09/2026	
Aplicação da Prova Objetiva	06/09/2026	
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	07/09/2026	
Período para interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	08/09/2026	09/09/2026
Publicação do gabarito definitivo da prova objetiva e resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta	21/09/2026	
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	22/09/2026	23/09/2026
Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	30/09/2026	
Resultado final do Concurso	02/10/2026	
Homologação	*á definir	